



Projeto de reforma trabalhista pode ser votado hoje em comissão

Senadores da base governista querem aprovar relatório de Ricardo Ferraço, enquanto opositores apresentaram votos em separado pedindo rejeição integral do texto

Primeiro colegiado a analisar a reforma trabalhista no Senado, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá votar a proposta hoje.

Senadores da base do governo defendem a aprovação do relatório de Ricardo Ferraço, que é favorável ao projeto. Os opositores, no entanto, apresentaram três votos em separado em que pedem a rejeição integral da proposta. Esses votos serão lidos na reunião de hoje da CAE. Depois o presidente da comissão, Tasso Jereissati,

poderá colocar o projeto em votação.

Em seu relatório, Ferraço não faz nenhuma alteração no texto recebido da Câmara dos Deputados. Porém, ele recomenda ao presidente Michel Temer que vete seis pontos previstos na reforma, afirmando que são temas polêmicos que merecem mais estudos e debates.

A proposta de reforma trabalhista deverá passar ainda pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça antes de seguir para votação no Plenário. **7**



Documento de identificação único aguarda regulamentação

Com o objetivo de dificultar as falsificações de documentos, que geram prejuízos anuais de cerca de R\$ 60 bilhões, foi sancionada em maio a lei que institui a Identificação Civil Nacional, para substituir os cerca

de 20 documentos utilizados hoje pelos brasileiros. Inicialmente será feito um cadastro central pela biometria já coletada pela Justiça Eleitoral e depois deve ser criado um número único para o documento. **4 e 5**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Cadastro será feito com dados da Justiça Eleitoral, inclusive biométricos

Substituída MP que regulariza dívidas com a Receita **2**

Desoneração da folha de pagamento é tema de debate **6**

Especialistas: China superará EUA na liderança política e econômica

Em debate na Comissão de Relações Exteriores, representantes dos meios acadêmico e diplomático afirmaram que nos próximos anos a China deverá tomar o lugar nos Estados Unidos como a principal potência econômica e política do mundo. De acordo com eles, um dos fatores que es-

tão acelerando esse processo são os recentes isolamento e protecionismo adotados pelos EUA nas questões comerciais, como a saída da Parceria Transpacífico, por iniciativa do presidente Donald Trump. Os participantes também citaram a crescente presença da China na América Latina. **3**



Fernando Collor (3º à dir.), presidente da comissão, conduz debate sobre China

Colegiado ouve ministro sobre gás no Amazonas **3**

Congresso faz sessão para promulgar PEC da Vaquejada **2**

Camponês teme impacto da reforma da Previdência

Representantes dos trabalhadores rurais afirmaram em audiência na Comissão de Direitos Humanos que serão prejudicados pela

reforma da Previdência proposta pelo governo federal e que as mudanças levarão ao empobrecimento do interior do país, provocando

êxodo rural. No debate, foi lembrada a importância das aposentadorias rurais para a economia dos pequenos municípios. **8**



Pedro Franco/Agência Senado

Especialistas e trabalhadores rurais participam de audiência no Senado comandada por Paulo Paim (3º à esq.)



Leia, encartado na edição de hoje, o Jornal Senado Mulher

Em CPI, magistrados classificam como indigna proposta do governo

Representantes de juizes federais e do Ministério Público disseram ontem na CPI da Previdência que a proposta de reforma para o setor é nociva à magistratura, ao Ministério Público e a todos os brasileiros. Para eles, o governo foca no déficit da Previdência, mas não leva em consideração a sonegação e as fraudes que prejudicam a arrecadação. **8**

Conselho de Comunicação quer aprovação de lei contra rádio pirata

O Conselho de Comunicação Social decidiu ontem recomendar ao Congresso Nacional que aprove um projeto de lei que dificulta o funcionamento das emissoras piratas de rádio e TV. Pelo projeto, que está em análise no Senado, quem anunciar nos meios de comunicação clandestinos estará sujeito à mesma pena aplicável aos donos das emissoras. **6**

MP da regularização tributária é substituída

Poder Executivo editou medida provisória com possibilidade de inclusão de débitos com a Receita Federal vencidos até 30 de abril. Objetivo é substituir a anterior, que perdeu o prazo de vigência

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 766/2017, que criou o Programa de Regularização Tributária (PRT), perdeu o prazo de vigência no dia 1º de junho. O ato declaratório do Congresso Nacional anunciando o vencimento foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

O PRT funcionava como uma espécie de novo Refis federal, com abatimento de dívidas com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A MP 766/2017 foi substituída pela MP 783/2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert). Além do nome do programa, a MP 783 traz outras mudanças, como a possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 30 de abril deste ano. No PRT, só podiam ser incluídos débitos vencidos

até 30 de novembro do ano passado.

Além disso, o programa anterior relacionava os débitos que o contribuinte podia incluir na renegociação. No Pert, o devedor poderá indicar aqueles que deseja renegociar, dentro de um conjunto especificado.

De acordo com a norma, são passíveis de regularização os débitos de natureza tributária e não tributária com a Receita e a PGFN, inclusive os oriundos de parcelamentos anteriores, os que estão em discussão administrativa ou judicial, e os que tiverem lançamento de ofício feito após a publicação da MP.

As formas de pagamento devem ser regulamentadas pela Receita e pela PGFN em 30 dias, prevê a MP.

Poderão aderir ao Pert pes-

soas físicas e jurídicas (de direito público e privado), mesmo que se encontrem em recuperação judicial. O prazo para a adesão termina em 31 de agosto. A MP 783 permite ainda que os contribuintes que aderiram ao PRT migrem para o novo programa.

FGTS em dia

Para aderir ao Pert, o contribuinte deverá estar em dia com as obrigações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A aceitação da Receita ou da PGFN do pedido de adesão fica condicionada ao pagamento à vista do passivo ou da primeira prestação.

Sobre o valor da prestação incidirão juros equivalentes à taxa Selic mais 1%. O valor mínimo das parcelas será de R\$ 200 para pessoas físicas e R\$ 1 mil para pessoas jurídicas.

Será excluído do programa o contribuinte que deixar de pagar três parcelas consecutivas ou seis alternadas, ou não saldar uma parcela, se todas as demais estiverem pagas. A exclusão implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, e a automática execução de garantia prestada.

Com Agência Câmara

Acesse o texto da nova MP: <http://bit.ly/MP783>



A Receita Federal, assim como a PGFN, terá que normatizar o parcelamento

PEC da Vaquejada será promulgada em sessão solene

O Congresso Nacional faz sessão solene hoje, às 11h, para a promulgação da PEC da Vaquejada (PEC 50/2016), agora Emenda Constitucional 96. A emenda define que as práticas desportivas que usam animais não são consideradas cruéis, nas condições especificadas em lei.

Com a publicação da emenda, o artigo 255 da Constituição terá a adição de um parágrafo que determina que, na categoria de manifestações culturais, as práticas desportivas com animais não têm caráter de crueldade. Além disso, a prá-

tica deve ser registrada como bem imaterial do patrimônio cultural brasileiro e terá de ser regulamentada por lei que assegure o bem-estar dos animais utilizados.

A emenda permite, portanto, segurança jurídica para o exercício da vaquejada, mistura de esporte e atividade cultural que consiste na derrubada de um boi pela cauda por dois cavaleiros.

Nas regras de cada estado, já constam exigências como a utilização exclusiva de bois adultos, o uso de cauda artificial, a abolição de esporas e a

disposição de um mínimo de 50 centímetros de areia no local das provas, para amortecer a queda dos animais.

O Supremo Tribunal Federal (STF), em outubro de 2016, chegou a considerar a prática da vaquejada inconstitucional. Os ministros argumentaram que a atividade impõe sofrimento aos animais.

Manifestações contrárias à decisão levaram a discussão ao Senado. A PEC da Vaquejada, de Otto Alencar (PSD-BA), foi aprovada no Senado em fevereiro. Na semana passada, foi aprovada na Câmara.

Comissão vota hoje MP que incentiva salas de cinema

A comissão mista da Medida Provisória (MP) 770/2017 votará hoje o relatório do texto, que prorroga até 31 de dezembro o prazo para uso do incentivo fiscal do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine).

O Recine suspende a cobran-

ça de todos os tributos federais que recaem sobre a aquisição de equipamentos e materiais necessários à construção ou modernização de salas de cinema. Entre 2012 e 2016, 1.036 salas de cinema foram implantadas no país, quase todas com projetos beneficiados pelo programa.

O governo argumenta que a prorrogação não terá impacto orçamentário significativo.

A MP é relatada pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP). A comissão mista é presidida pelo deputado Celso Jacob (PMDB-RJ). O relator-revisor é o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG).

Nova presidente do PT, Gleisi diz que sigla não participará de eleição indireta

Eleita presidente do PT no fim de semana, Gleisi Hoffmann (PT-PR) agradeceu pelo apoio e enfatizou que será a primeira mulher a presidir o partido.

A senadora destacou a realização do congresso do PT, no qual o partido avaliou erros



para se qualificar para propor alternativas "mais ousadas para o futuro do Brasil".

Gleisi defendeu eleições diretas para presidente 2017. Segundo ela, o PT não participará de um possível colégio eleitoral para eleger o sucessor de Temer.

Fátima informa decisão de partido contra as reformas e pela saída de Temer

Fátima Bezerra (PT-RN) informou que o PT fechou posição contra as reformas da Previdência e trabalhista, pela saída de Michel Temer e por eleições diretas para substituir o presidente. As decisões foram tomadas durante o 6º



Congresso Nacional do partido, realizado neste fim de semana em Brasília.

— O PT deu lições de vitalidade e de resistência, frustrando inclusive aqueles que apostavam que o congresso ia se resumir a cisões, brigas e divisões.

Vanessa: recuperação econômica não se sustenta e presidente tem que renunciar

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) voltou a defender a saída de Michel Temer da Presidência e contestou as notícias sobre a recuperação da economia não vão se repetir, pois não há



ambiente para novos investimentos.

Ela acrescentou que não há precedentes, no Tribunal Superior Eleitoral, que justifi- quem a separação da chapa Dilma-Temer no julgamento que está marcado para começar hoje.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Fornecimento de gás no Amazonas**
9h A Comissão de Infraestrutura promove duas audiências seguidas sobre o fornecimento de gás entre a Petrobras e a Amazonas Energia nas térmicas do estado do Amazonas. A primeira, com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho; em seguida, com representantes do setor.
- CAE Reforma trabalhista**
10h A Comissão de Assuntos Econômicos pode analisar 11 itens, entre eles o PLC 38/2017, sobre a reforma trabalhista.
- CMA Petróleo na Amazônia**
10h30 A Comissão de Meio Ambiente faz audiência sobre a exploração de petróleo na Amazônia.
- SESSÃO SOLENE Vaquejada**
11h Sessão solene destinada a promulgação da Emenda Constitucional 96/2017, que legaliza a prática da vaquejada no país.
- PLENÁRIO Crédito rural**
14h Na pauta, o PLC 212/2015, que muda garantias para crédito rural, e o PLS 132/2017, que anistia dívidas com o Funrural.
- CDR Correios**
14h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional debate a situação dos Correios, com o presidente, Guilherme Campos Júnior, e representantes dos trabalhadores.
- PARLASUL Eleição**
14h30 A Representação Brasileira elege presidente e vice-presidentes.
- MP 772/2017 Produto de origem animal**
14h30 Audiência interativa para debater a medida, que trata da inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal.
- MP 774/2017 Contribuição ao INSS**
14h30 Audiência interativa sobre a MP 774, que dispõe sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta.
- REUNIÃO DE LÍDERES Pauta**
14h30 Líderes definem votações.
- CONSELHO DE ÉTICA Instalação**
15h Instalação dos trabalhos e eleição de presidente e vice.
- MP 770/2017 Incentivo fiscal ao cinema**
15h A comissão mista da MP, que prorroga o Recine, analisa relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Debate aponta protagonismo mundial da China

Especialistas afirmaram que o país deve tomar o lugar dos norte-americanos como potência econômica e política, devido ao isolamento e ao protecionismo adotados pelos EUA

OSÉCULO 21 tende a ser cada vez mais dominado economicamente pela China, que em breve deve superar os Estados Unidos no papel de liderança mundial. O avanço chinês na economia e na política internacional é inevitável na opinião de representantes do meio acadêmico e diplomático, participantes do debate realizado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Na análise do ex-embaixador do Brasil na China Luiz Augusto de Castro Neves, os chineses foram os primeiros a perceber o processo de globalização e, desde a abertura econômica promovida pelo antigo líder Deng Xiaoping, o objetivo se inserir corretamente no sistema internacional.

— Eles buscavam a competitividade no mercado internacional. Esse modelo permitiu que o produto interno bruto [PIB] chinês crescesse 25 vezes em pouco mais de três décadas.

A China já é o maior parceiro comercial da maioria dos países. O PIB chinês alcançou os US\$ 13 trilhões. Em 2015, as exportações chegaram a US\$ 2,3 trilhões e permitiram um saldo comercial de US\$ 600 bilhões. Os maiores clientes são os Estados Unidos, para onde se dirigiram 18% das exportações chinesas, Hong Kong (14,6%) e Japão (6%). No mesmo ano a China comprou US\$ 1,7 trilhão, e o Brasil está entre os dez maiores fornecedores.



Na Comissão de Relações Exteriores, Luiz Augusto de Castro Neves, Fernando Collor e Oliver Stuenkel debatem o avanço chinês na economia e na política internacional

Para o professor Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a economia doméstica brasileira é afetada diretamente pela chinesa. Segundo ele, o Brasil cresceu com o Brics (grupo de cooperação formado com Rússia, Índia, China e África do Sul) em razão da demanda chinesa por produtos brasileiros na primeira década do século 21. Na opinião do professor, a crise atual pode ser explicada em parte pela transformação da indústria chinesa, que reduziu essa demanda.

Stuenkel destacou obras como a Ferrovia Transoceânica para ligar o Brasil ao Pacífico, em plano de cooperação com a China, assinado em 2015. Ele apontou investimentos chineses também na Venezuela e no Uruguai.

— Seria muito vantajoso institucionalizar uma discussão

entre as capitais da região.

De acordo com os analistas, o peso do protagonismo chinês também começa a ser sentido na América Latina e avança com a criação de uma plataforma de integração entre Ásia e Europa, na chamada Nova Rota da Seda, principalmente com a postura “neoisolacionista” e protecionista adotada pelo governo dos Estados Unidos, que se retira de uma série de importantes acordos internacionais de livre comércio, como a Parceria Transpacífico.

Aquecimento

O presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), mencionou a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris.

— É um prenúncio que beira a catástrofe, mas que abre um espaço muito importante para a China, porque deixa um vazio na liderança do combate ao

aquecimento global. A China vem se esforçando nas últimas décadas para reduzir as suas emissões, mas precisamos que ela faça mais — afirmou.

Na visão do professor Henrique Altemani, da Universidade Estadual da Paraíba, os Estados Unidos têm uma relação de dependência em relação à China, “por isso, apenas tentam evitar ser superados”, mas sem afetar a economia e a política internacionais. Já a China, segundo ele, depende da ordem liderada pelos Estados Unidos para a estabilidade mundial, evitando conflitos, mas participando cada vez mais das regras internacionais para seguir crescendo.

O binômio investimento-exportação provou ser modelo extremamente bem-sucedido de crescimento econômico na China, mas também criou uma desigualdade que não existia

antes, avaliam os analistas.

— Mudar isso envolve uma série de reformas, entre elas a previdenciária, trata-se de uma mudança que vai ser também cultural, mas é inevitável — opinou Castro Neves.

Entre outros desafios que a China enfrenta, foram apontados o excesso de capacidade produtiva, a tensão na negociação e exploração de espaços no Mar do Sul e a questão das Coreias e de Taiwan.

— Cada vez que os Estados Unidos vendem armas a Taiwan ou cada vez que o Dalai Lama tem um convite dos americanos, as críticas chinesas sobem. Acho que a grande novidade hoje é a tentativa de aplicação de sanções em relação a essas movimentações. Mas a ideia é que a China tem exatamente o interesse de ampliar seu papel dentro da região asiática — disse Altemani.

Ameaça de demissão de funcionários dos Correios é tema de audiência pública

A possibilidade de a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) demitir funcionários e reduzir a rede de atendimento e de serviços em todo o país será tema de audiência pública hoje na

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A iniciativa é de Paulo Rocha (PT-PA).

O senador disse que os funcionários estão preocupados, em razão do Plano

de Demissão Voluntária, em vias de ser implantado, e das mudanças no plano de saúde. Além disso, a redução da rede de atendimento da empresa poderia prejudicar os usuários dos serviços da

instituição, observa.

Para participar da audiência, foram convidados o presidente da ECT, Guilherme Campos Júnior, e o coordenador-geral da Associação Nacional dos Trabalhadores

da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Rodolfo Manoel Marques do Amaral, entre outros.

Veja na pág. 2 como acompanhar e participar da audiência

Senadores ouvem ministro de Minas e Energia

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) promove duas audiências interativas hoje, a partir das 9h. Primeiro, falará o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, sobre soluções para o fornecimento de gás natural às usinas térmicas

do Amazonas. Em seguida, a CI discute o mesmo tema com executivos da Petrobras, da Amazonas Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Eletrobras e outros órgãos.

As reuniões foram pedidas por Eduardo Braga (PMDB-

AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). De acordo com Braga, a Petrobras informou que não forneceria mais gás para as usinas térmicas da Companhia de Gás do Amazonas.

Veja na pág. 2 como acompanhar e participar da audiência

Exploração de petróleo na Amazônia será debatida

A exploração de petróleo na Amazônia será discutida hoje, às 10h30, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), atendendo a requerimento de João Capiberibe (PSB-AP) e outros senadores.

Foram convidados o professor Ronaldo Francini Filho,

da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); a coordenadora de Licenciamento Ambiental da Total, Aline Rodrigues; Michel dos Santos, da WWF; Thiago Almeida, do Greenpeace Brasil; Larissa dos Santos, do Ibama; Silvio Jablonski, da Agência

Nacional do Petróleo (ANP); Márcio Félix, do Ministério de Minas e Energia; e Jorge Camargo, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP).

Veja na pág. 2 como acompanhar e participar da audiência

Lindbergh Farias defende PEC das eleições diretas

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o Congresso não tem credibilidade para apresentar saídas para a crise política e defendeu a realização de eleições diretas. Ele apoiou a aprovação da PEC 67/2016, que estabelece eleições diretas para a Presidência da República se a vacância ocorrer até o terceiro ano do mandato. O senador disse que procurará o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para saber a data da votação do texto em Plenário.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Regina pede luta contra destruição da natureza

O Dia do Meio Ambiente não é motivo de comemoração, mas de reflexão diante da destruição promovida pelos poderosos, segundo Regina Sousa (PT-PI).

A senadora chamou a atenção para a rotina de ameaças contra indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Regina considera que há uma criminalização das reivindicações desses setores.

— Não queremos destruição da natureza, mortes, atentados e outros atos de violência — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lei cria documento único de identificação nacional

Objetivo é reduzir falsificações, que causam prejuízo de R\$ 60 bilhões por ano. O Tribunal Superior Eleitoral, por já ter cadastro biométrico de eleitores, será responsável por administrar e atualizar a base de dados

Juliana Steck

AS FALSIFICAÇÕES DE documentos geram prejuízos anuais de cerca de R\$ 60 bilhões ao país, o que é facilitado pelo fato de haver cerca de 20 documentos de identificação utilizados pelos brasileiros. No mês passado, foi sancionada a Lei 13.444/2017, que institui a Identificação Civil Nacional (ICN), cadastro único criado com o objetivo de dificultar fraudes.

Pela lei, nenhum documento será invalidado e os brasileiros não serão obrigados a tirar um novo documento. O plano é que, à medida que os cidadãos precisem renovar suas carteiras de identidade, o novo documento seja gradativamente substituído.

A nova norma não é a primeira com o objetivo de unificar o documento de identificação, meta buscada há dez anos. Em 1997, a Lei 9.454 previu a criação de um número único de documento de identificação, compartilhando bases de dados da União com estados e Distrito Federal, cabendo aos entes da Federação operacionalizar e atualizar os dados.

Essa lei não resolveu o problema, segundo o consultor legislativo do Senado Roberto Sampaio Conreiras, provavelmente porque não foram tomadas medidas como a organização do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil e a realização de convênios entre o Poder Executivo federal e os estados para a implementação do número único.

Em 2009, outra lei retomou a tentativa (Lei 12.058, sobre repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios), mas o decreto que a regulamentava (Decreto 7.166/2010) não foi

implementado e o projeto para regulamentá-la (PL 3860/2012) foi arquivado pela Câmara.

— Mas essas leis de 1997 e 2009 são diferentes da que foi recentemente editada. A de 2017 tem outro foco. Cria um sistema de identificação civil nacional centralizado na Justiça Eleitoral, onde já estão sendo coletados os dados biométricos dos eleitores. A ideia é aglutinar tudo num mesmo sistema: dados biométricos, dados do Sistema Nacional de Informações de Registro, da Central Nacional de Informações do Registro Civil [do Conselho Nacional de Justiça], dos institutos de identificação civil dos estados e do Distrito Federal e outros armazenados na Justiça e outros armazenados na Justiça Eleitoral — explica Conreiras.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deverá garantir acesso às informações aos governos municipais, estaduais e federal.

Biometria

O consultor esclarece que a nova lei não se refere apenas à unificação de dados das diversas bases. Primeiramente, será feito um cadastro central com dados da Justiça Eleitoral, inclusive os biométricos, e de outros registros e cadastros, como o da Receita Federal e dos estados. Só depois deve ocorrer a unificação do número no Documento de Identificação Nacional (DIN). Pode ser usado o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), que já é nacional, ou criado um novo número.

A lei prevê inicialmente a substituição do título de eleitor pelo DIN, que também deverá conter o número do CPF e outros dados. A previsão inicial é de conclusão do cadastro nacional entre 2020 e 2021.



Verônica Campos, como milhares de brasileiros, possui RG de diferentes estados

Para facilitar o controle no recebimento de benefícios sociais, o poder público deverá oferecer mecanismos que possibilitem o cruzamento de informações de bases de dados oficiais a partir do número de CPF do solicitante, para comprovar o cumprimento dos requisitos para a concessão do benefício.

A Lei 13.444/2017 atribui a gestão desse trabalho ao TSE, sob a coordenação de um Comitê Gestor composto por membros dos três Poderes da União, que regulamentará a lei.

A emissão do DIN será feita pelos cartórios eleitorais e, posteriormente, poderá ser expandida para outros órgãos da

administração pública, como os institutos de identificação civil dos estados e do DF e outros órgãos (como as entidades de classe) que se adequarem ao novo padrão e receberem delegação do TSE.

Passaporte

De acordo com o relator do projeto na Câmara, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), apenas passaporte e Carteira Nacional de Habilitação não serão substituídos pelo DIN.

— O primeiro, porque é uma exigência de outros países, e a segunda porque pode ser retirada pelo órgão de trânsito.

Mas, além do título de eleitor,



Modelo do novo documento a ser emitido (embaixo): um só número valerá como identificação em todo o país, registro para trabalhar, votar e receber benefícios do governo

o DIN deve vir a substituir o RG (registro geral ou carteira de identidade, que hoje tem um número diferente em cada estado e no DF), a carteira de trabalho, o documento de CPF, as certidões de nascimento e de casamento, o número de contribuição para o PIS-Pasep, o cadastro em programas sociais do governo e o certificado de reservista.

Carteiras profissionais

ODIN também deve unificar a carteira de identificação militar; as carteiras profissionais, como da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj); e as carteiras de identificação

funcional, emitidas pelas entidades de classe, como os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Crea) e de Medicina (CRM), e pelos departamentos de recursos humanos dos órgãos públicos de alcance federal, estadual e municipal.

— O DIN não é obrigatório, mas, à medida que for ganhando credibilidade e notoriedade no dia a dia, a tendência é que seja exigido, sobretudo nas relações comerciais, por questão de segurança. Isso porque, com a unificação das bases de dados, ficará mais difícil para os estelionatários criarem vários RGs e darem golpes no mercado — explica Roberto Conreiras.

O projeto que originou a lei (PLC 19/2017) foi iniciativa dos então ministros da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, e da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Segurança

Afif, que hoje é presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), explicou que com a nova documentação será possível amenizar os prejuízos causados por fraudes por dupla ou tripla identificação ou falsidade.

— A tendência é unificar a partir de um só número, que englobará os demais, referentes aos outros documentos. As

pessoas vão entender que esse número será o mais confiável para a identificação do cidadão.

Na avaliação do relator do projeto no Senado, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), a medida facilitará as relações entre o poder público e os cidadãos.

— A grande vantagem dessa proposta é criar um único e grande cadastro nacional relativo a todos os cidadãos. O Brasil é um país de dimensões continentais, mas que até os dias de hoje possui bancos de dados com registros de identidade separados por estado. A universalização dos documentos, portanto, vai coibir falsificações e permitir um acesso mais rápido dos cidadãos

Regulamentação deve sair neste semestre, prevê secretário do TSE

O secretário-geral da Presidência do TSE, Luciano Fuck, afirmou que o TSE já iniciou os estudos para verificar a compatibilização do cadastro eleitoral e sua expansão para a identificação nacional.

— Claro, isso vai exigir uma regulamentação, e a previsão é que ela saia ainda neste semestre. Também há a necessidade de um decreto do presidente da República e de uma resolução do TSE baseada em critérios técnicos para uso do banco de dados. A resolução é que vai determinar, por exemplo, se o registro biométrico será de todos os dez dedos das mãos ou não — explica.

Embora o presidente da República tenha vetado o dispositivo do projeto que garante a gratuidade da nova identificação, a lei não exige a troca do documento que ainda estiver válido, explicou o deputado Júlio Lopes.

Segundo Fuck, os cidadãos que não têm condição de pagar serão isentados, como o são em outros procedimentos, como nas ações judiciais, por exemplo.

— Mas é importante a cobrança pela emissão do documento até mesmo para viabilizar o lançamento o mais

rápido possível desse importante instrumento de garantia da identificação das pessoas.

O TSE está fazendo várias estimativas sobre o custo do documento, mas vai depender da quantidade de informações que ele vai agregar. Tudo isso será levado em consideração.

O documento, disse o secretário, vai aproveitar todos os dados constantes do cadastro eleitoral. Então, se o cidadão já fez o cadastramento biométrico, ele não vai necessitar fazê-lo novamente. Quem ainda não tem, vai ter que inserir os dados.

Também foi vetado o artigo que dava à Casa da Moeda a exclusividade para implantação e fornecimento do documento.

— Ela, no entanto, participará do fornecimento. Apenas não será feito de forma exclusiva — disse o deputado.

Na semana passada, o Congresso manteve os vetos.

Para Fuck, à medida que o documento for se tornando importante para que o cidadão consiga se identificar, abrir contas em bancos, receber aposentadoria, enfim, exercer seus direitos e cidadania, a tendência é que cresça o número de adesões ao novo instrumento de identificação.

aos benefícios a que têm direito — explica o senador.

O novo documento terá biometria, fotografia e está em estudo a possibilidade de também ter um chip, como os de cartões de crédito, para dificultar a falsificação. O CPF deverá ser o principal número, não havendo uma nova numeração do RG. Segundo Anastasia, a questão também é uma medida de segurança.

— O objetivo é permitir que os

números sejam compartilhados por diversas entidades governamentais, para dar mais confiabilidade aos nossos documentos. Sabemos que, hoje, sem dados biométricos, a carteira de identidade, que é extraída nos estados, muitas vezes acaba servindo à falsidade e a atos ilícitos.

O texto prevê ainda pena de dois a quatro anos de prisão e multa para quem comercializar, total ou parcialmente, a base de dados do documento.

Para policial, cadastro único e integração dos sistemas devem ajudar a prevenir e investigar falsificações



Gustavo Rodrigues: é preciso melhorar também o banco de dados criminal

O policial legislativo do Senado Gustavo Rodrigues acredita que a unificação do cadastro de identificação pode ser útil para prevenção e apuração de crimes se as unidades criminais forem integradas e o sistema, otimizado.

— Vai ser melhor quando for possível associar esse cadastro único ao banco de dados de antecedentes criminais, por exemplo, que hoje é diferente em cada estado. Quando uma pessoa cometer uma infração

ou crime em um local, já vai ser mais fácil verificar se ela é procurada ou tem antecedentes em outra parte do país. Hoje existe o Sistema Nacional de Segurança Pública, o Sinesp Infoseg, da Secretaria Nacional de Segurança Pública [Senasp], que pode ser aperfeiçoado — argumenta.

Segundo Gustavo, que já foi policial civil, a falsificação de documentos em si já é crime, mas costuma ser “um caminho para outros crimes, como este-

lionato ou falsidade ideológica”. O policial afirma que alguns infratores usam um documento falso de pessoa física para criar uma pessoa jurídica (CNPJ) também falsa. Essa falsa pessoa jurídica contrata empréstimos e financiamentos, faz compras a prazo e depois os bancos, instituições financeiras e empresas não têm como cobrar de alguém que não existe.

— Já houve um caso de um cidadão que entrou no Congresso

Nacional com um documento falso e foi à agência da Caixa para abrir uma conta. Só que a Polícia Legislativa e o gerente do banco conseguiram identificar a fraude e ele foi condenado a três anos e seis meses de reclusão.

Gustavo também afirma que, para a segurança institucional, o cadastro único será vantajoso. — Uma pessoa que entra num edifício público fica registrada com o número de RG da unidade da Federação que apresentar. Se

ela pratica algum dano ao patrimônio público, como furto ou depredação, uma lesão corporal ou uma agressão verbal, ela fica sob controle de acesso, ou seja, se tentar entrar novamente com o documento, será barrada. Hoje essa mesma pessoa pode tentar voltar com uma identidade outro estado ou um outro documento com número diferente. Aqui nunca houve um caso assim, mas com um cadastro único deixará de haver até o risco — explica.



Para Afif Domingos, o cadastro único vai reduzir os prejuízos por fraudes



Anastasia acredita que a unificação vai facilitar acesso dos cidadãos a benefícios



Assista ao vídeo da Agência Senado sobre a lei que prevê o cadastro nacional de identidade e a unificação de documentos: <http://bit.ly/CadastroNacional>

Saiba mais

Lei 13.444/2017
<http://bit.ly/Lei13444de2017>

Justiça Eleitoral (TRES)
www.justicaeleitoral.jus.br

Senasp
<http://bit.ly/senasptse>

Tribunal Superior Eleitoral
<http://www.tse.jus.br/>

Colegiado quer mais rigor contra rádio pirata

Conselho de Comunicação Social decidiu recomendar ao Congresso a aprovação de punição específica para empresas que fazem anúncio em emissoras clandestinas

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS) recomendou ao Congresso Nacional que aprove o PLS 468/2009, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que define como crime fazer publicidade em emissoras piratas de rádio e TV. Essa foi uma das várias recomendações feitas ontem pelo CCS sobre projetos em análise no Parlamento.

O PLS 468/2009 dá àqueles que contratam propaganda em TVs e rádios ilegais a mesma punição prevista para os responsáveis pela operação das emissoras. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) à espera da designação de um relator.

A recomendação a respeito do projeto foi elaborada por uma comissão formada pelos conselheiros Walter Ceneviva, José Francisco Araújo Lima e Marcelo Cordeiro.

Os conselheiros Celso Augusto Schröder e Davi Emerich se opuseram. Para Schröder, a proposta pode criminalizar rádios e TVs que estão em situação irregular, mas que não são necessariamente piratas. Emerich argumentou que a legislação já pune esse tipo de conduta. Cordeiro, contudo, ressaltou que o projeto é relevante porque a pena de um a dois anos de detenção prevista



O presidente do Conselho de Comunicação Social, Miguel Ângelo Cançado, fala em reunião do órgão, ao lado do conselheiro José Francisco de Araújo Lima Neto

na proposta não atinge hoje o financiador das emissoras ilegais — entendimento que prevaleceu no conselho.

Outra proposta que precisa ser aprovada, no entender do CCS, é o PL 232/2003, do deputado Bernardo Ariston (PSB-RJ), que garante ao acertador de qualquer tipo de jogo ou aposta, realizado ou autorizado pela loteria federal e loterias estaduais, o direito ao anonimato em anúncios publicitários e informativos. A proposta aguarda votação no Plenário da Câmara.

Créditos de pré-pago

O CCS também defende a aprovação de um projeto que obriga operadoras de telefonia celular a tornar disponíveis na internet informações sobre utilização de créditos de pla-

nos pré-pagos, condições de preços praticados e serviços oferecidos. Da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), o PL 6.042/2013 aguarda votação no Plenário da Câmara.

Formado por 13 titulares, o CCS é um órgão auxiliar do Congresso e tem a atribuição de realizar estudos e emitir pareceres sobre temas ligados à liberdade de expressão, diversão e espetáculos públicos e à produção e programação das emissoras de rádio e televisão, entre outros.

O CCS é composto por representantes das empresas de rádio, televisão e imprensa escrita; de jornalistas, radialistas, artistas e profissionais de cinema e vídeo; da sociedade civil; e de um engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social.

Projeto que coíbe pesquisa eleitoral fraudulenta pode ser tema de audiência

Numa segunda reunião ontem, o CCS pediu a rejeição do PL 96/2011, que amplia o conceito de pesquisa fraudulenta em períodos eleitorais. O órgão sugeriu às Mesas do Senado e da Câmara a realização de um seminário para que o tema e seus impactos nas eleições de 2018 sejam debatidos com profundidade.

Do deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR), o projeto, que se encontra na pauta de votações do Plenário da Câmara, amplia o conceito de pesquisa fraudulenta e fixa multa de até R\$ 1 milhão pela divulgação de pesquisa desse tipo.

O CCS também decidiu

pedir a rejeição dos PLs 1.407/2007 e 7.004/2013, que impõem restrições a transmissões de julgamentos pelos tribunais superiores. Os conselheiros observaram que os julgamentos são públicos, conforme preceito constitucional, e que as duas propostas, em tramitação na Câmara, ferem o sentido da transparência.

Também foi aprovado o relatório do CCS que recomenda a rejeição de projetos de lei que mantêm a remuneração de profissional de imprensa que se desvincule para participar de campanha eleitoral.

O CCS volta a se reunir em 3 de julho.

Comissão debate MP que acaba com desoneração da folha de pagamento

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 774/2017, que acaba com a desoneração da folha de pagamento para as empresas do ramo de tecnologia da informação, teleatendimento (*call center*), hoteleiro, comércio varejista e alguns segmentos industriais, como vestuário, calçados e automóveis, promove hoje, às 14h30, a terceira audiência pública interativa sobre o tema.

Os membros da comissão ouvirão representantes do Ministério da Fazenda, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos, da Federação das Indústrias de São Paulo, da Confederação Nacional da Indústria, da Associação Brasileira das Empresas

de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Associação Brasileira de Telesserviços, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios, do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca e da Associação Brasileira das Empresas de Software.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Telmário defende uso de rocha local em estradas de comunidade indígena

Telmário Mota (PTB-RR) disse que a Funai vai se empenhar na liberação da retirada de piçarra em comunidades indígenas para a manutenção de rodovias usadas pelos líderes tuxauas, na região do Surumum. A piçarra é uma rocha mole usada em estradas de terra e, se encontrada em área indígena, só pode ser retirada para a manutenção das estradas com autorização da Funai e do Ibama.

— É um absurdo impedir a retirada da piçarra e deixar a comunidade abandonada, dificultando, inclusive, o transporte escolar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Gurgacz, crescimento sustentável e saneamento são desafios do país

O Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado ontem, foi destacado por Acir Gurgacz (PDT-RO). Para o senador, o governo tem dois desafios: promover o crescimento sustentável do país e estabelecer o saneamento básico em todas as cidades.

Gurgacz lamentou a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, por considerar o documento uma estratégia de conscientização sobre o que precisa ser feito em favor do planeta na questão ambiental. Segundo o senador, todo cidadão precisa ser envolvido no debate.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Comissão pode votar reforma trabalhista hoje

Senadores governistas querem aprovar relatório de Ricardo Ferraço, que mantém texto da Câmara, mas opositores apresentaram votos em separado pela rejeição integral

A REFORMA TRABALHISTA proposta pelo governo pode ser votada hoje, às 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Senadores da base do governo querem concluir a votação do relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), favorável ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017. Já os senadores de oposição apresentaram três votos em separado (relatórios alternativos), todos pedindo a rejeição integral do texto.

A reunião da CAE deve começar com a leitura de cada um dos votos em separado, mas não está prevista a discussão desses documentos nem pedidos de vista. Essa leitura deve durar cerca de duas horas. Após as leituras, o presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), poderá colocar em votação, de imediato, o texto do relator.

Autor de um dos votos em separado, Paulo Paim (PT-RS) diz que a oposição quer ler e discutir os votos em separado e apresentar destaques para votar alguns pontos do texto do

relator de maneira separada. — Vamos ao voto e que prevaleça a vontade da maioria, que eu espero que seja de rejeição — afirmou Paim.

O voto em separado de Paim é assinado também por Lindbergh Farias (PT-RJ), Regina Sousa (PT-PI), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Fátima Bezerra (PT-RN). Para eles, a reforma proposta pelo governo e alterada pelos deputados “favorece o mau empregador, que deliberadamente sonega os direitos de seus empregados, que tenta obstar o acesso de seus empregados aos seus mecanismos de defesa e que, condenado, usa todo tipo de subterfúgio baixo para não pagar o que deve”.

Desequilíbrio

Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também apresentaram cada uma votos em separado pela rejeição da proposta.

Em seu texto, Lídice afirma que a reforma retira direitos do trabalhador, o que desequilibrará as relações de tra-



Público acompanha reunião da Comissão de Assuntos Econômicos na semana passada: proposta de reforma é polêmica

balho. Diz ainda que o texto do governo não foi debatido de maneira ampla com a sociedade e desrespeita normas internacionais.

Vanessa analisa as alterações propostas e conclui que ela “atende unicamente aos interesses dos empregadores”, além de “retirar ou minimizar direitos” e reduzir o nível re-

muneratório dos empregados.

O relatório de Ferraço é favorável à aprovação do PLC 38/2017. Ele rejeitou as mais de 240 emendas dos colegas e não fez alterações no texto recebido da Câmara. Porém, recomenda seis vetos ao presidente da República, Michel Temer, afirmando que são temas polêmicos que

merecem mais debates. Caso sejam vetados, eles poderão ser reapresentados por meio de projetos de lei ou medidas provisórias, diz o senador.

Vanessa criticou o posicionamento do relator.

— Não dá para o Parlamento abrir mão de sua função para um presidente que nem sabemos quem será. Seria a total desmoralização do Senado.

Depois da votação na CAE, a reforma trabalhista passará por outras duas comissões antes de chegar ao Plenário: a de Assuntos Sociais (CAS) e a de Constituição e Justiça (CCJ).

Se o relatório for aprovado na CAE, Ferraço apresentará o mesmo texto até quinta-feira na CAS. A ideia é que a reforma seja votada na segunda comissão já na próxima semana. A oposição, no entanto, quer novas audiências públicas antes da votação final da proposta no Plenário. O governo espera concluir a votação no Senado nas próximas semanas, para sancionar a lei neste mês.

O vice-líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), afirmou que o parecer da CCJ poderá ser apresentado em Plenário:

— Acredito que, com a votação na Comissão de Assuntos Econômicos e na de Assuntos Sociais, que são as duas comissões temáticas, a matéria estará pronta para ir a Plenário.

Seis pontos que Temer vetará se seguir sugestões do relator

Ricardo Ferraço considera estes temas polêmicos e merecedores de mais estudos e debates. Após a aprovação do projeto e a sanção com vetos, tais temas poderão ser novamente apreciados pelo Parlamento, diz Ferraço, por meio de projetos de lei ou de medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo

Gestante e lactante em ambiente insalubre

Trabalhadora gestante deverá ser afastada automaticamente, durante toda a gestação, apenas das atividades consideradas insalubres em grau máximo. Para atividades insalubres de graus médio ou mínimo, a trabalhadora só será afastada a pedido médico.



Serviço extraordinário da mulher

Revogação do artigo 384 da CLT, que concede à trabalhadora mulher 15 minutos de descanso obrigatório antes de iniciar o horário de serviço extraordinário, a chamada hora extra.



Trabalho intermitente

Regulamentação do trabalho intermitente, no qual a prestação de serviços não é contínua, embora com subordinação. Nesse tipo de trabalho, são alternados períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador. O melhor, na opinião do relator, seria regulamentar por medida provisória, estabelecendo os setores em que a modalidade pode ocorrer.



Acordo individual para a jornada 12 por 36

Possibilidade de acordo individual estabelecer a chamada jornada 12 por 36, aquela em que o empregado trabalha 12 horas seguidas e descansa as 36 horas seguintes. O relator acredita que o texto aprovado pelos deputados sobre esse assunto “não protege suficientemente o trabalhador, que pode ser compelido a executar jornadas extenuantes que comprometam sua saúde e até sua segurança”.



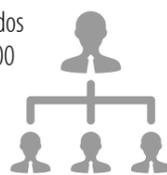
Negociação do intervalo intrajornada

Possibilidade de trabalhador e empregador fazerem acordo, por meio de convenção ou acordo coletivo, sobre o “intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de 30 minutos para jornadas superiores a seis horas”. Para o relator, a mudança precisa ser mais bem analisada para não gerar “precarização das condições de trabalho, com consequências sobre a saúde e a segurança”.



Representantes dos empregados

Representantes dos empregados nas empresas com mais de 200 funcionários não precisam ser sindicalizados e terão o objetivo de ampliar o diálogo entre empresa e empregados, mas não têm estabilidade no emprego.



Paim espera que colegiado rejeite projeto que altera leis do trabalho

Paulo Paim (PT-RS) disse esperar que a Comissão de Assuntos Econômicos rejeite a reforma trabalhista, em votação marcada para hoje.

Ele voltou a afirmar que essas reformas geralmente cancelam direitos, reduzem salários, aumentam a jornada de trabalho e impõem contratos precários.

— Eu espero que amanhã [hoje] a reforma trabalhista não seja aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas temos ainda a Comissão de Assuntos Sociais e a CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] e vamos fazer o debate em todas, com destaques, emendas e votos em separado.

Ana Amélia pede liberação de recursos para cidades afetadas pela chuva no RS

Ana Amélia (PP-RS) lamentou os estragos provocados pelas chuvas que atingem o Rio Grande do Sul e o Nordeste do país. No Rio Grande do Sul, disse, as chuvas ocasionaram danos em 125 cidades e deixaram 5 mil pessoas desabrigadas.

Ela informou que já



solicitou ao ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, uma audiência com o presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul e autoridades municipais para tratar da liberação emergencial dos recursos da defesa civil para atender as cidades atingidas.

Bezerra relata ações do governo na ajuda a atingidos pelas cheias no Nordeste

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) registrou os esforços do governo de Pernambuco no atendimento da população atingida pelas chuvas. Segundo ele, 28 municípios estão em estado de emergência, com 43 mil desabrigados.

As pessoas estão rece-



bendo cestas básicas, água, roupas e remédios.

O governo federal, de acordo com o senador, liberou, em caráter emergencial, R\$ 20 milhões para Pernambuco e R\$ 12 milhões para Alagoas, onde também há pessoas que perderam suas casas por causa das enchentes.

Camponeses criticam reforma da Previdência

Representantes de trabalhadores rurais afirmaram que, se proposta do governo for aprovada, interior do país sofrerá com empobrecimento e assistirá a levadas de êxodo rural

PARA REPRESENTANTES DOS trabalhadores rurais, a reforma da Previdência proposta pelo governo é “incompatível” com a economia da agricultura familiar e gerará exclusão social, empobrecimento e desemprego no interior do país, podendo levar ao êxodo rural. Eles participaram ontem de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que discutiu a reforma da Previdência.

Uma das participantes da audiência, Juliane Schneider, pequena agricultora na cidade de Selbach (RS), postou um vídeo nas redes sociais convidando parlamentares a passar “pelo menos um mês trabalhando na roça” antes de votar a reforma.

Para ela, a PEC 287/2016, em análise na Câmara, prejudica os trabalhadores da agricultura familiar, a qual ela vê como “um dos alicerces do país”. Um dos pontos mais criticados pela trabalhadora foi o que estabelece contribuições mensais individuais por parte de cada trabalhador no setor.

— Isso vai totalmente contra a lógica da nossa atividade, sujeita o tempo todo a sazonalidades, a intempéries climáticas que afetam diretamente a produção, e ao caráter coletivo que tem o trabalho na roça — disse Juliane, ressaltando que a

medida afeta o acesso à renda e cria uma dificuldade estrutural para a sucessão familiar, ao dificultar as aposentadorias.

A secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Edjane Silva, o objetivo não declarado do governo é “desmontar”, e não reformar o modelo de aposentadoria rural do país.

Manipulação

A proposta também foi criticada pelo economista Alexandre Arbex, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para quem o governo ignora deliberadamente o teor de política pública redistributiva que a Previdência rural tem, focando exclusivamente no debate fiscal de forma “manipuladora”.

— A aposentadoria rural tem

um impacto gigantesco em 80% das cidades brasileiras, na geração de empregos, renda e negócios em municípios com até 50 mil habitantes. A reforma como está vai afetar muito a economia nessas cidades, por meio da diminuição do acesso à renda por parte de dezenas de milhões de trabalhadores — afirmou Arbex, lembrando que as injeções de recursos resultantes da Previdência superam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nessas localidades.

O economista entende que o modelo de contribuições mensais individuais é incompatível com o trabalho rural e que as regras especiais vigentes no setor — como uma idade mínima menor — são justificáveis devido à “penosidade da lida diária” durante anos nessa área e pelo fato de começarem a

trabalhar ainda muito jovens.

— É só observar os dados oficiais da Pesquisa Nacional de Saúde, em que fica nítido o que décadas de trabalho na roça provocam nessas pessoas — afirmou, reforçando que parcela significativa começa a trabalhar com menos de 15 anos de idade.

Produção de alimentos

O modelo de contribuições mensais individuais foi criticado por Jordana Ávila, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo ela, isso deverá levar à exclusão de dezenas de milhões de trabalhadores do sistema, especialmente mulheres e jovens.

— O governo não demonstra ter o menor respeito pela agricultura familiar e pelo teor coletivo dessa atividade. Como

as produções são sazonais, não vai dar para colher para toda a família. A tendência vai ser priorizar o pai — diz a representante do MST, que também prevê um novo êxodo rural e até mesmo a queda na produção de alimentos caso a reforma seja aprovada.

O economista Guilherme Delgado, assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), alertou que, ao contrário do que está sendo noticiado em setores da mídia, o texto continua prevendo um tempo mínimo de 25 anos de contribuições mensais para os trabalhadores rurais.

— Essa regra perversa permanece de forma escamoteada e pretende acabar com a aposentadoria rural. Tem, de fato, um artigo prevendo 15 anos de contribuições mensais para a aposentadoria, mas em seguida prevê seis contribuições a cada ano até o limite de 240 meses, a partir do terceiro ano da vigência — afirmou o economista.

A presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Jane Berwanger, considerou “contraditório” o fato de o governo estar anistiando dezenas de bilhões de reais de dívidas nessa área, em negociações com a bancada ruralista e com governadores e prefeitos, ao mesmo tempo que garante que seu objetivo é “sanear as contas da Previdência”.



Paim (à mesa, ao centro) conduz audiência pública com camponeses e especialistas sobre reforma da Previdência Social

Proposta é nociva e desumana, dizem juízes e procuradores

A reforma da Previdência proposta pelo governo é desumana e indigna, segundo representantes de juízes federais e de membros do Ministério Público ouvidos ontem em audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira Neto, afirmou que a reforma destrói os princípios sociais da Constituição e não é nociva somente à magistratura ou ao Ministério Público, mas a todos os brasileiros.

— Não é verdade quando o governo diz que a reforma é fundamental para a sobrevivência econômica do país. É uma reforma em que se procura estabelecer uma guerra sistemática entre números, desconsiderando que atrás deles existe um povo, o povo brasileiro — lamentou.

Para Oliveira, a reforma ignora a realidade no serviço público e tenta colocar o servidor como o grande vilão. Ele lembrou que vários servidores que estão próximos da aposentadoria já estão cumprin-

do um regime de transição e ponderou que a reforma da Previdência deveria ocorrer somente para os novos ingressantes no sistema.

— A escolha foi feita quando o sistema previdenciário era outro — explicou.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (Anprev), Antonio Rodrigues, disse que a proposta não traz nenhum benefício aos contribuintes e ataca os três fundamentos da aposentadoria: a idade mínima, que é aumentada; o tempo de contribuição, que é ampliado; e o valor do benefício, que é diminuído.

O advogado apontou o que considera “perversidades” na proposta, entre elas a redução do acesso ao Benefício de Prestação Continuada para o idoso e a ampliação do prazo de carência para acesso ao benefício previdenciário de 15 para 25 anos. Ele citou dados do INSS que revelam que, se a ampliação do prazo de carência já estivesse em vigor, apenas 24% dos atuais aposentados por idade estariam em

gozo de benefício e 76% não teriam conseguido comprovar os 25 anos de carência.

— A PEC 287 tem por objetivo privatizar a previdência pública. Ela está sendo feita para atender aos desejos dos bancos e seguradoras privadas. Não tem qualquer preocupação de natureza social.

Sonegação

O representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Antônio José de Carvalho Araújo, ressaltou que o governo foca no déficit de R\$ 151,9 bilhões em 2016, mas não leva em consideração os crimes diversos contra a Previdência que fazem com que o país deixe de arrecadar um montante muito alto.

De acordo com Araújo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional estima que o Brasil deixe de arrecadar cerca de R\$ 500 bilhões ao ano em tributos devido à sonegação fiscal.

— Nesse mundo de devedores, das 100 empresas que mais devem à União, as 10 primeiras são da indústria do cigarro — disse.

O representante da Ajufe ressaltou que a dívida ativa da União alcança hoje mais de R\$ 1,8 trilhão, dos quais mais de R\$ 400 bilhões são de dívidas relativas à Previdência. O valor, segundo ele, é quase três vezes superior ao atual “déficit”. Araújo salientou que cerca de 1% dos devedores de tributos são responsáveis por 70% do estoque da dívida previdenciária e fiscal e que 42% das dívidas de contribuições previdenciárias que o governo vem cobrando têm entre média e alta recuperabilidade.

Ele destacou que muitos desses devedores da Previdência são contumazes e pediu punições severas. Conforme explicou, o devedor contumaz, diferente do devedor eventual, é aquele cidadão ou empresa que, mesmo em uma crise econômica, tem condições de pagar suas tributações, mas não paga.

— Aproveitam-se de uma prática desleal, não pagando a tributação, esperando uma benesse do governo, que são os planos de recuperação fiscal, muitos deles oriundos desde o ano 2000 e intensificados.

Eles fazem disso uma atividade econômica estratégica de sua atividade — explicou.

Medidas

Segundo os debatedores, a reforma da Previdência não pode avançar sem que as contas sejam abertas e que os números sejam mostrados e auditados. Entre as medidas para a existência de uma previdência pública de caráter solidário, Rodrigues destacou o combate à sonegação fiscal e a exigência da efetiva cobrança das dívidas ativas pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda.

O representante da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), Paulo Pentado Teixeira Junior, ressaltou que, quando se fala em déficit, não é uma questão de Previdência, mas de providência do gestor.

— O caminho não é cortar benefício social, é abrir novas possibilidades de se recuperar esse dinheiro perdido — afirmou o juiz Guilherme Feliciano, da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra).